



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 11/2023/SUPEL-ASSEJUR

À  
Comissão de Licitação CPLO

**Tomada de Preços n. 037/2022/CPLO/SUPEL/RO**

**Processo Administrativo: 0036.444095/2020-14**

**Interessada:** Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma de duas salas para atender o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), no município de Porto Velho - RO

**Assunto:** Decisão em julgamento de recurso

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma de duas salas para atender o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), no município de Porto Velho - RO.

Aportaram os autos neste gabinete para deliberação e decisão quanto a recurso administrativo interposto pela empresa **PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, com fulcro no art. 109, §4º da Lei n. 8.666, de 93.

Noto que a empresa licitante protesta contra a decisão da Comissão de Licitação, que desclassificou sua proposta de preços por não apresentar o item 9.7.14 da Planilha Orçamentaria (CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1 1/2", COM TAMPA CEGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO), bem como sua Composição Unitária de Custos, em descumprindo ao item 17.1.2. alinea e.l.) e do item 20.2.1. alinea g), ambos do Edital.

De forma sintética, alega a licitante que a decisão da comissão não foi a mais adequada, uma vez que esta, sustentando que deveria ter-se fixado ao licitante prazo para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que redundaram na desclassificação, em atenção ao que preceitua o art. 48, 3º, da Lei de Licitações.

Isto é, ao invés de apresentar razões recursais com vistas à afastar sua desclassificação, o pleito da licitante cinge-se a solicitar a aplicação do art. 48, § 3º da Lei 8.666, de 93<sup>[1]</sup>, de forma que lhe conceda o prazo de 08 (oito) dias para apresentação de nova proposta ajustada, com vistas a sanar as falhas apresentadas, que ensejaram sua desclassificação.

Pois bem.

No cenário apresentado, à vista da pretensão da licitante, o instrumento de recurso apresentado não merece ser recebido.

Isto porque, não há pedido de reforma, de modo que torna impossível o cumprimento do art. 109, § 4º, da Lei n. 8.666, de 1993.

A meu ver, por este mesmo motivo, sequer haveria necessidade de remessa dos autos a este gabinete.

No entanto, na busca pelo interesse público, celeridade processual e boa prática, de maneira excepcional, recebo a manifestação da licitante na forma do art. Art. 5, XXXIV, "a", da Constituição Federal de 1988 - direito de petição, como simples petição, e passo analisar o pedido.

É de conhecimento que a aplicação do regramento previsto no art. 48, 3º, da Lei, não se trata de um dever para a Administração Pública.

É dizer que, cabe ao administrador público decidir, fundamentadamente, se, diante da desclassificação de todas as propostas, realizará outro certame ou se, ao contrário, buscará corrigir os vícios das propostas apresentadas, aproveitando-se, assim, o procedimento já em curso, ressaltando-se que a celeridade e a economia dos atos que compõem um procedimento licitatório são os nortes que guiam a correta interpretação do dispositivo legal mencionado.

Nesse sentido, conforme a comissão de licitação já citou em sua Ata (id Sei! 0035295611), o Tribunal de Contas da União – TCU fixou o seguinte entendimento:

"A reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexecução."

À vista do exposto, fundamentado nos princípios, na Lei e no entendimento jurisprudencial sobre a aplicação do §3º do artigo 48 da Lei 8.666, de 1993, considerando ainda que fracassado o certame em apreço ante a inabilitação de todas as licitantes, acolho o pleiteado pela empresa PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

Antes, porém, deve a Comissão certificar-se de que os vícios existentes em todas as propostas desclassificadas sejam razoavelmente sanáveis, na forma exposta por esta na Ata de Julgamento, do contrário, retornem os autos para os atos de finalização do certame.

Retorne os autos à Comissão de Licitação/CPLO para adoção das providências.

**Israel Evangelista da Silva**  
Superintendente

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL

[1] Art. 48. (...) § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Evangelista da Silva, Superintendente**, em 26/01/2023, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035305228** e o código CRC **31CE5A62**.